



I Seminário de Compras Públicas Sustentáveis do Ministério da Fazenda

Brasília, 11 de outubro de 2016

Os Componentes de Sustentabilidade nas Contratações Públicas

Alexandre d'Avignon

alexandre.davignon@mma.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Planets and atmospheres

Mars

Thin atmosphere

(Almost all CO₂ in ground)

Average temperature : - 50°C



Earth

0,03% of CO₂ in the atmosphere

Average temperature : + 15°C



Venus

Thick atmosphere

containing 96% of CO₂

Average temperature : + 420°C



Etimologia

Ecologia:

fr. *écologie* (1910) 'ecologia', este emprt. do al. *Ökologie*, t. forjado, em 1866, por E. H. Haeckel (1834-1919, zoologista e biólogo al.), do gr. *oîkos*, on 'casa' + gr. *lógos*, ou 'linguagem'; o emprt. do fr. ao al. se deu prov. pelo ing. *oecology* (1873); ver *ec(o)-* e *-logia*

ciência que estuda as relações dos seres vivos entre si ou com o meio orgânico ou inorgânico no qual vivem

Economia:

gr. *oikonomía*, atos 'administração, direção de uma casa; organização, distribuição; economia' pelo lat.

ciência que estuda os fenômenos relacionados com a obtenção e a utilização dos recursos materiais necessários ao bem-estar

aproveitamento racional e eficiente de recursos materiais

gerenciamento de uma casa, esp. das despesas domésticas



Etimologia(2)

Sustentável:

sustentar + –vel; ver ten-; f.hist. sXV sustentavil, 1772 sustentavel - que pode ser sustentado; passível de sustentação

Sustentar: dar ou obter os recursos necessários para a manutenção; manter(-se), conservar(-se)

lat. sustento,as,ávi,átum,áre 'sustentar, suportar, suster; defender, proteger; favorecer, apoiar; consolar; manter, conservar, cuidar; auxiliar, vir em socorro; alimentar, manter; sofrer, suportar, resistir a; diferir, adiar'; ver ten-; f.hist. sXIV sostenas, sXV sustemtava, c1543 sostentar, 1561 sustentavam

Desenvolvimento:

ação ou efeito de desenvolver(-se); desenvolução

aumento da capacidade ou das possibilidades de algo; crescimento, progresso, adiantamento crescimento econômico, social e político de um país, região, comunidade etc.

aumento de qualidades físicas; crescimento



Linha do Tempo da Evolução do Conceito

O Meio Ambiente passa a fazer parte do conceito como um dos 3 elementos do tripé de sustentabilidade ambiental, social e econômico

2030 ODS

A Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

2012

1992

O futuro que queremos

1987

Nosso Futuro Comum

1983

Instalação de da Comissão Brundtland pela ONU

1982

Conferência da UNEP de Nairóbi propõe CMAD

1980

Estratégia Global para a Conservação (IUCN)

1979

Simpósio da ONU sobre as inter-relações entre recursos, Ambiente e Desenvolvimento W. Burger paper : A Busca de Padrões Sustentáveis de Desenvolvimento.

1972

Conferência sobre o Ambiente Humano das ONU e Publicação do Limites do Crescimento

1968

Clube de Roma

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

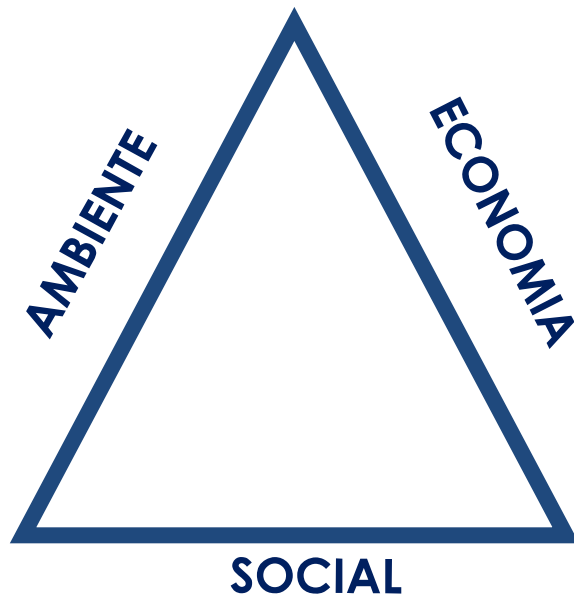


Definição de Desenvolvimento Sustentável

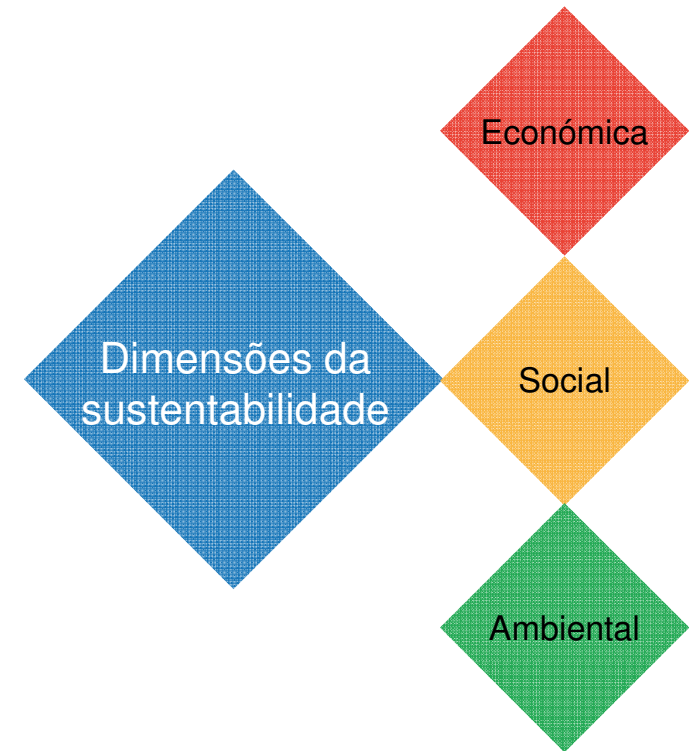
Visão de estoque

“... atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.”

Brundtland Report (1987),



Linha base tripla
(de *triple bottom line*)



Relação Homem – Meio Ambiente

Primeiro Momento:

homem faz parte da natureza => **simbiose** com a natureza.

Segundo momento:

o homem se separa da natureza. **A natureza é fonte de recursos e um capital a gerir.**

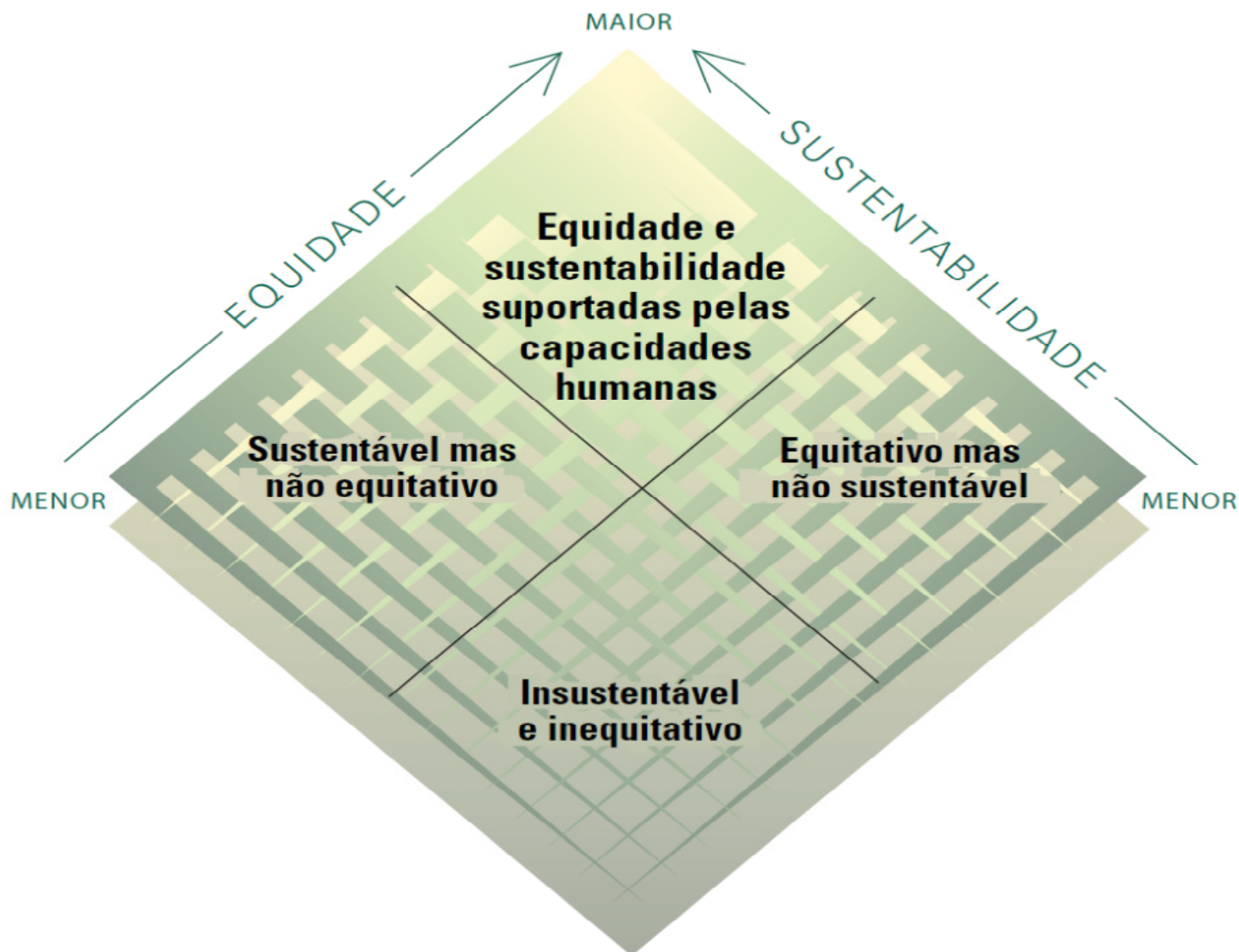
Terceiro momento:

reconciliação, o homem constata que ele **não é mais que um usuário temporário** (da natureza) e, portanto deve mantê-la para seus descendentes. Nesta fase pode haver a **passagem da exploração para a gestão.**



Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011 do PNUD

A sustentabilidade está indissociavelmente ligada às questões básicas da equidade – ou seja, a problemas de imparcialidade e justiça social de um maior acesso a melhor qualidade de vida



Sustentabilidade

- ... Processo criação de valor no longo prazo**
- ... exercício de estratégia de administração do risco**
- ... Instrumento valorização dos ativos intangíveis**
- ... Elemento de aumento da competitividade**
- ... Fator de melhoria do desempenho**
- ... Conceito: perpetuação + desenvolvimento**



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor a resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, constituída por 17 objetivos, desdobrados em 169 metas, que foi aprovada por 193 países, dentre eles o Brasil, em 25 / 09 / 2015





Objetivo 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

12.1 implementar o **Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis (10YFP)**

12.2 até 2030 - **gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais**

12.3 até 2030 – reduzir à metade **desperdício / perdas de alimentos**

12.4 até 2020 - **gestão sustentável de produtos químicos e todos os resíduos**

12.5 até 2030 – reduzir substancialmente a **geração de resíduos**

12.6 **práticas sustentáveis** por empresas e integração de informações de sustentabilidade em **relatórios**

12.7 Promover as Compras Públicas Sustentáveis

12.8 até 2030 - assegurar **informação e conscientização** / estilos de vida sustentáveis

12.a fortalecer as **capacidades científicas e tecnológicas**

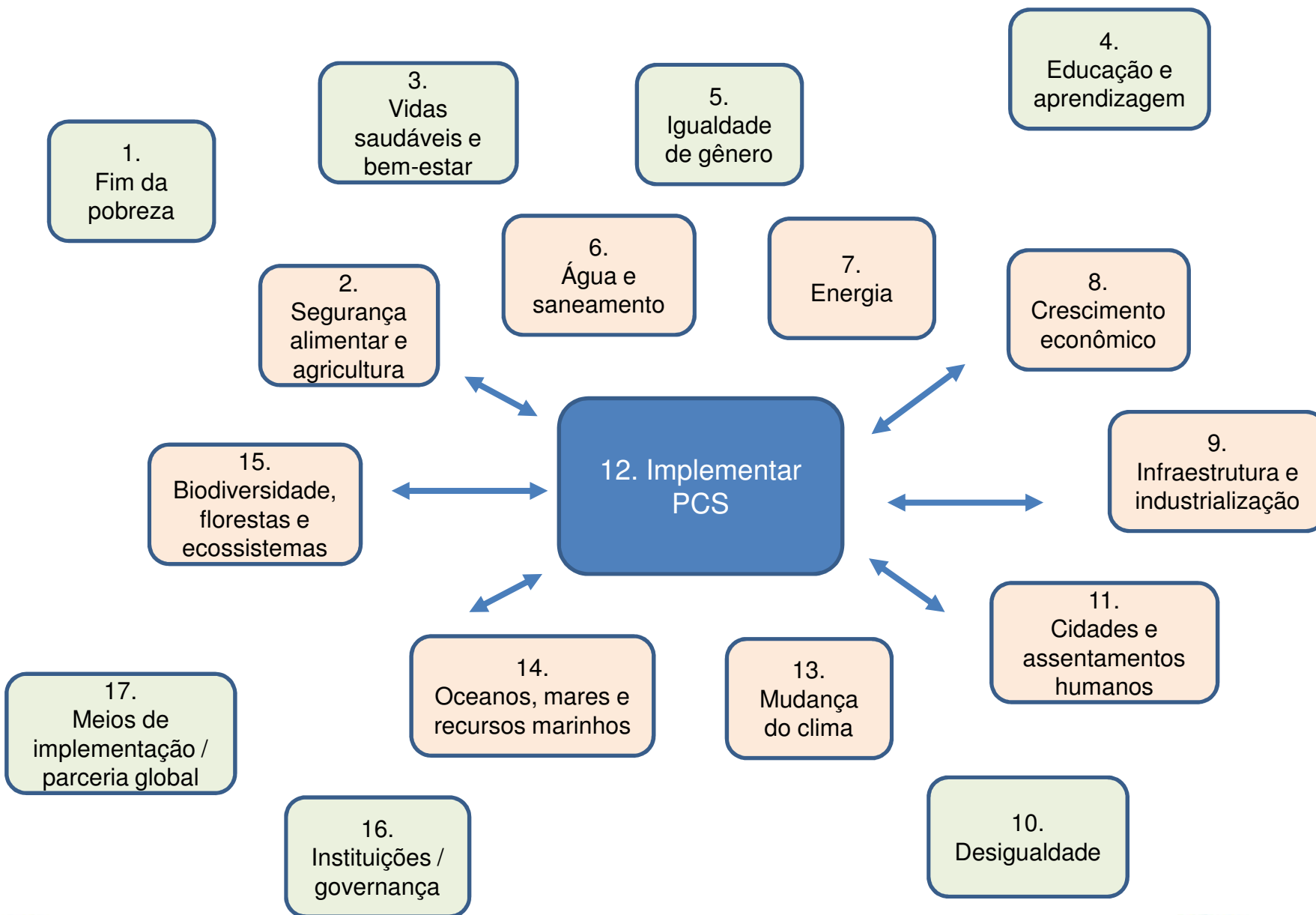
12.b **turismo sustentável**

12.c racionalizar **subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis**

Consumo Sustentável é “o uso de bens e serviços que atenda às necessidades básicas, proporcionando uma melhor qualidade de vida, enquanto minimiza o uso dos recursos naturais e materiais tóxicos, a geração de resíduos e a emissão de poluentes durante todo o ciclo de vida do produto ou do serviço, de modo que não se coloque em risco as necessidades das futuras gerações”.

Produção Sustentável é a incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida, de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar os custos ambientais e sociais.

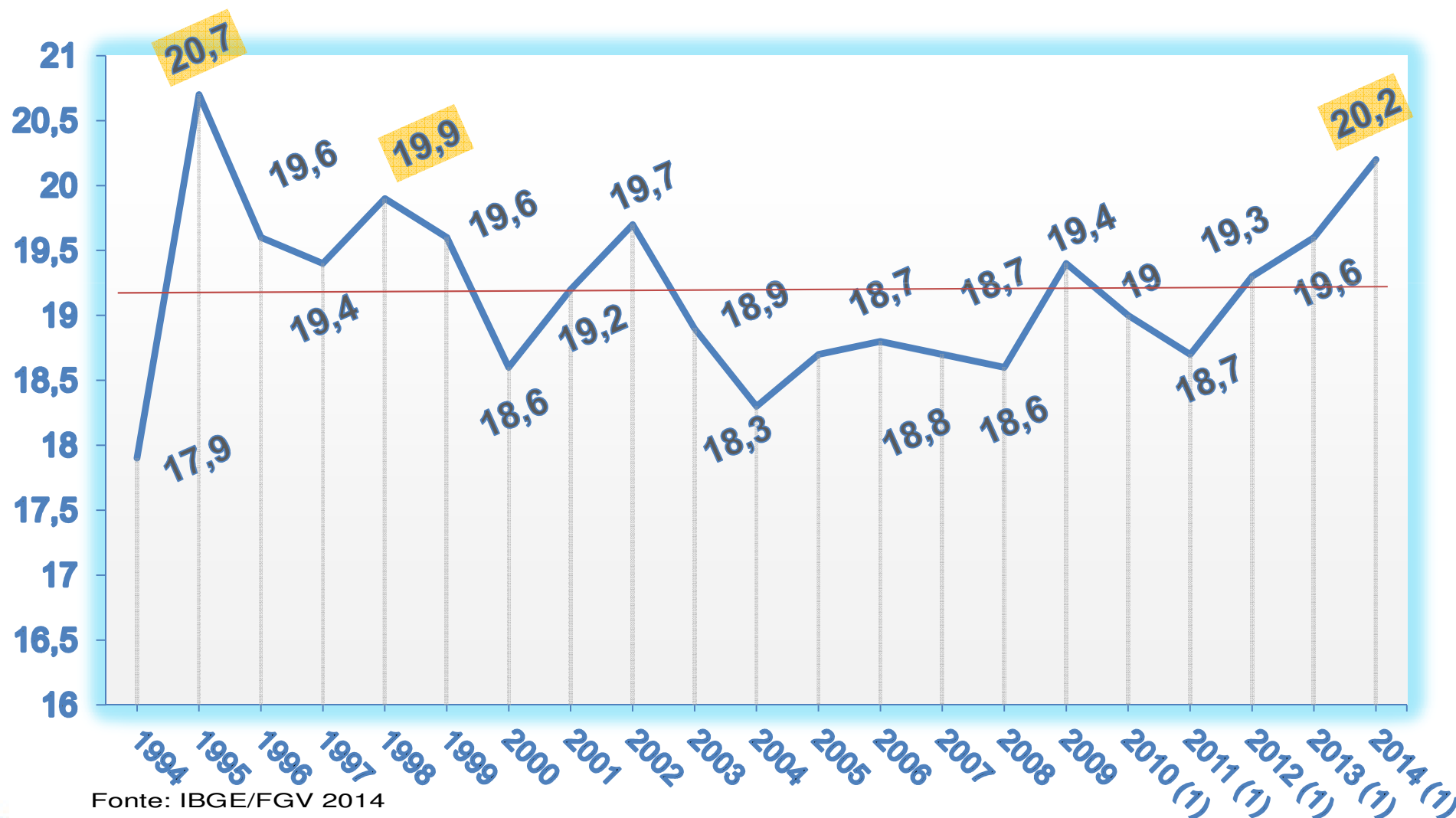
Construção Sustentável é “um processo holístico que aspira a restauração e manutenção da harmonia entre os ambientes natural e construídos, e criação de assentamentos que afirmem a dignidade humana e encorajem a equidade econômica” (Agenda 21).



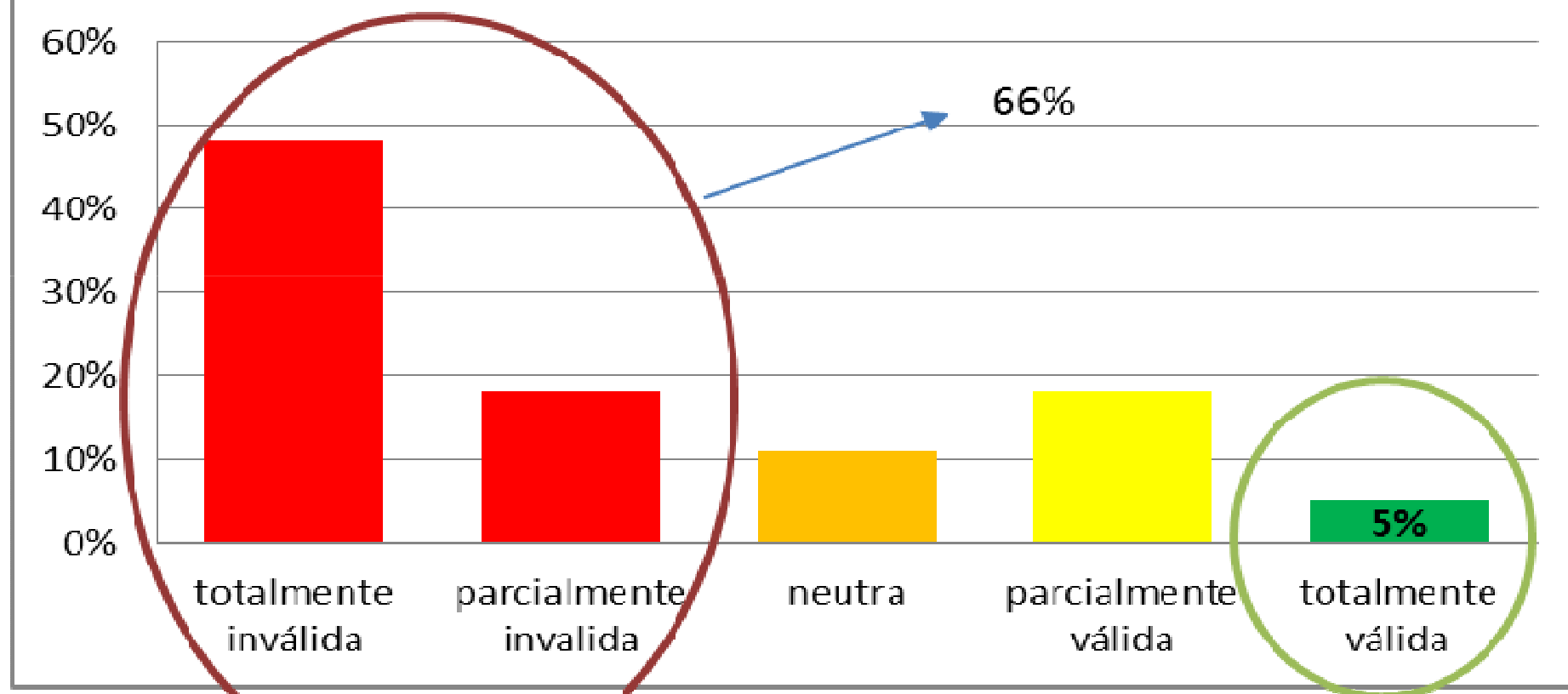
Instrumentos para o Desenvolvimento Sustentável

Instrumentos regulatórios	Aparato legal de comando e controle restritivo como: Proibição do uso de substâncias perigosas e emissões de poluentes Limitação de carga/concentração de efluentes industriais
Instrumentos económicos	Redução de impostos para produtos ambientalmente saudáveis Contratações públicas Taxação de bens com externalidades negativas
Instrumentos de comunicação	Campanhas de conscientização Atividades culturais de incentivos Sistemas voluntários de rotulagem ambiental ou social
Outros instrumentos	Normas voluntárias certificação Inovação tecnológica Incentivo a pesquisa e desenvolvimento Análise de ciclo de vida

Participação da Despesa de Consumo das Administrações Públicas no Brasil (% do PIB)

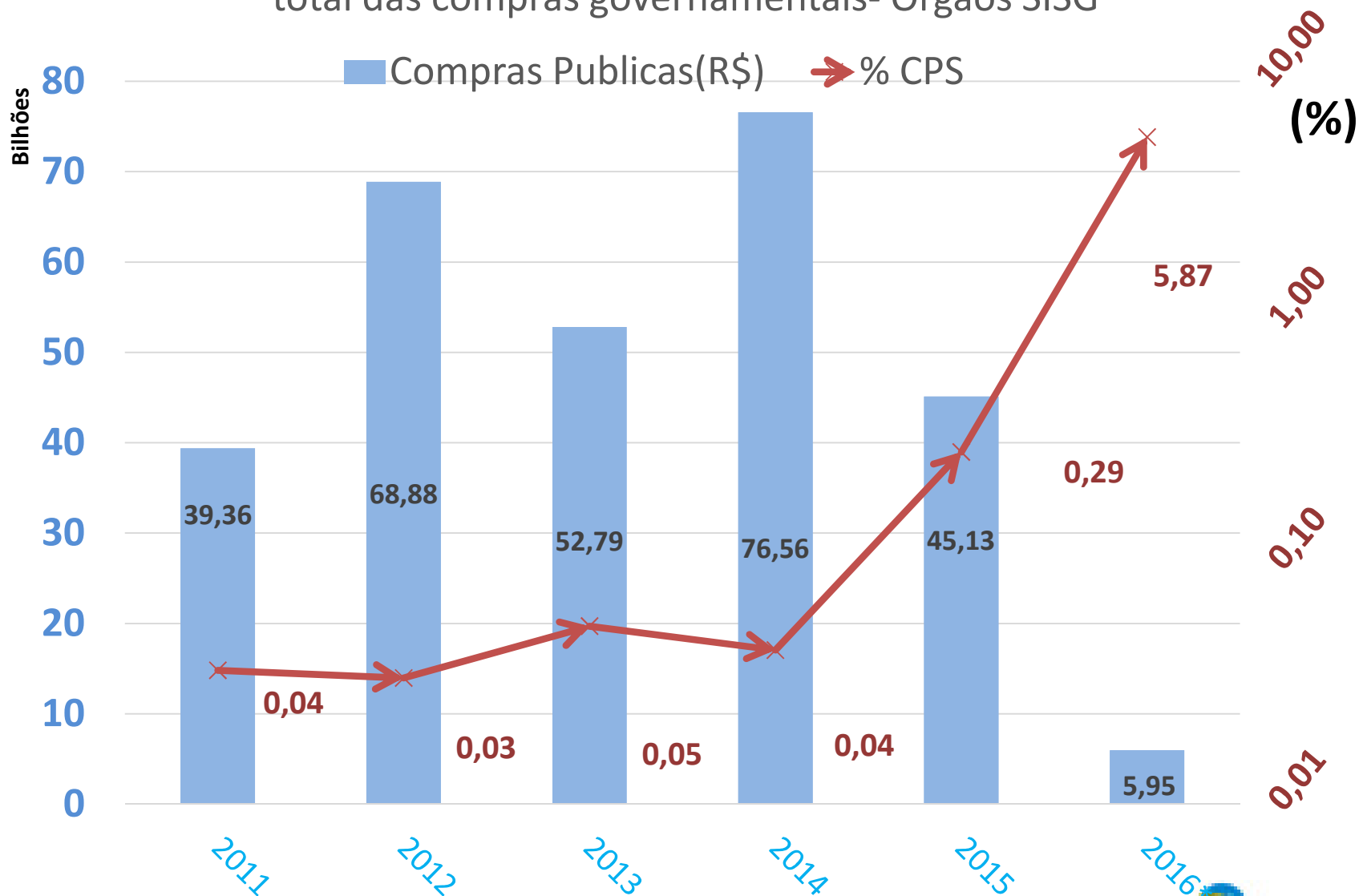


Inclusão de Critérios de Sustentabilidade na licitação



Fonte: Relatórios de Gestão Consolidados referentes ao exercício de 2010 /TCU

Valor total e percentual das compras sustentáveis em relação o total das compras governamentais- Orgãos SISG



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Resumo das estatísticas de CPS da União Federal

EXERCÍCIO / DADO	2012	2013	2014	2015
Valor das Compras públicas sustentáveis(R\$)	23.028.08,06	28.977.858,44	33.410.626,08	130.788.407,16
Percentual de CPS no total gasto	0,03%	0,05%	0,04%	0,29
Participação de MPEs em CPS	20.295.389.975,58	13.158.775.493,19	41.194.282.549,54	7.438.626.844,96



PAINEL DE COMPRAS GOVERNO FEDERAL

Seleções Atuais

ANO_RESULT... 2016

* Existem filtros ativos!

Escolha Seus Filtros Abaixo

Ano

☐ 2011 ☐ 2012 ☐ 2013 ☐ 2014 ☐ 2015 ☒ 2016

Mês

☐ Jan ☐ Feb ☐ Mar ☐ Abr ☐ Mai ☐ Jun ☐ Jul ☐ Ago ☐ Set ☐ Out ☐ Nov ☐ Dez

UF da Unidade

☐ AC ☐ AL ☐ AM ☐ AP ☐ BA ☐ CE ☐ DF ☐ ES ☐ GO ☐ MG ☐ MS ☐ MT ☐ PA ☐ PB ☐ PE ☐ PI ☐ PR ☐ RJ ☐ RN ☐ RS ☐ SC ☐ SE ☐ SP ☐ TO

Filtros Gerais

Município ☐
Tipo de Adm... ☐
Orçamento ☐
Língua ☐

Dicas de utilização!

desejados diretamente sobre os gráficos, selecionando as informações desejadas.

Total de Compras por UF



Painel Processos de Compras

Início

Processos de Compras

Contratos

Atas

Fornecedores

Faça você mesmo!

Pesquisar

Limpar

R\$ 27.724.193.366,09

61.090

0,85 %

1,32 %

50,40 %

15,72 %

- Compras com itens sustentáveis
- Compras com margem de preferência
- Compras com participação de ME/EPP
- Valor de compras homologados para ME/EPP

Quantidade Valor

Quantidade de Processos de Compras por Modalidade



Quantidade Valor

Quantidade de Dispensa e Inexigibilidade

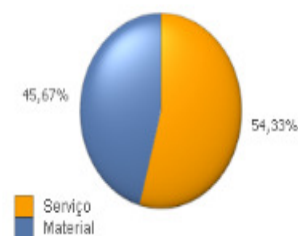


Quantidade Valor

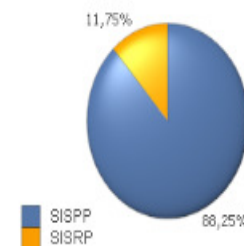
Total de Processos de Compras por Ano



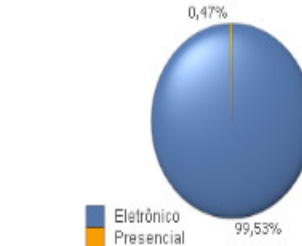
Material / Serviço



Forma de Compra

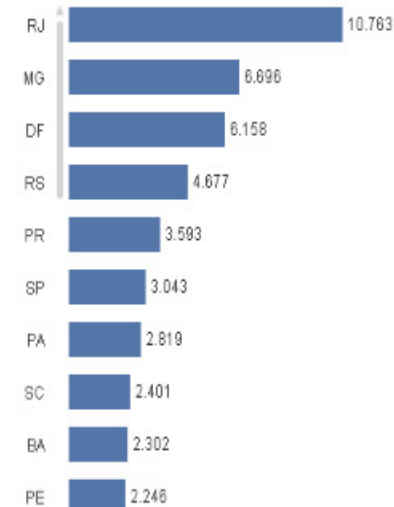


Tipo de Pregão



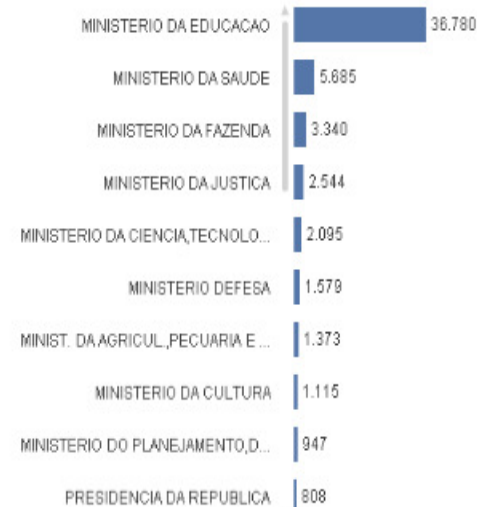
Quantidade Valor

Total de Processos de Compras por UF

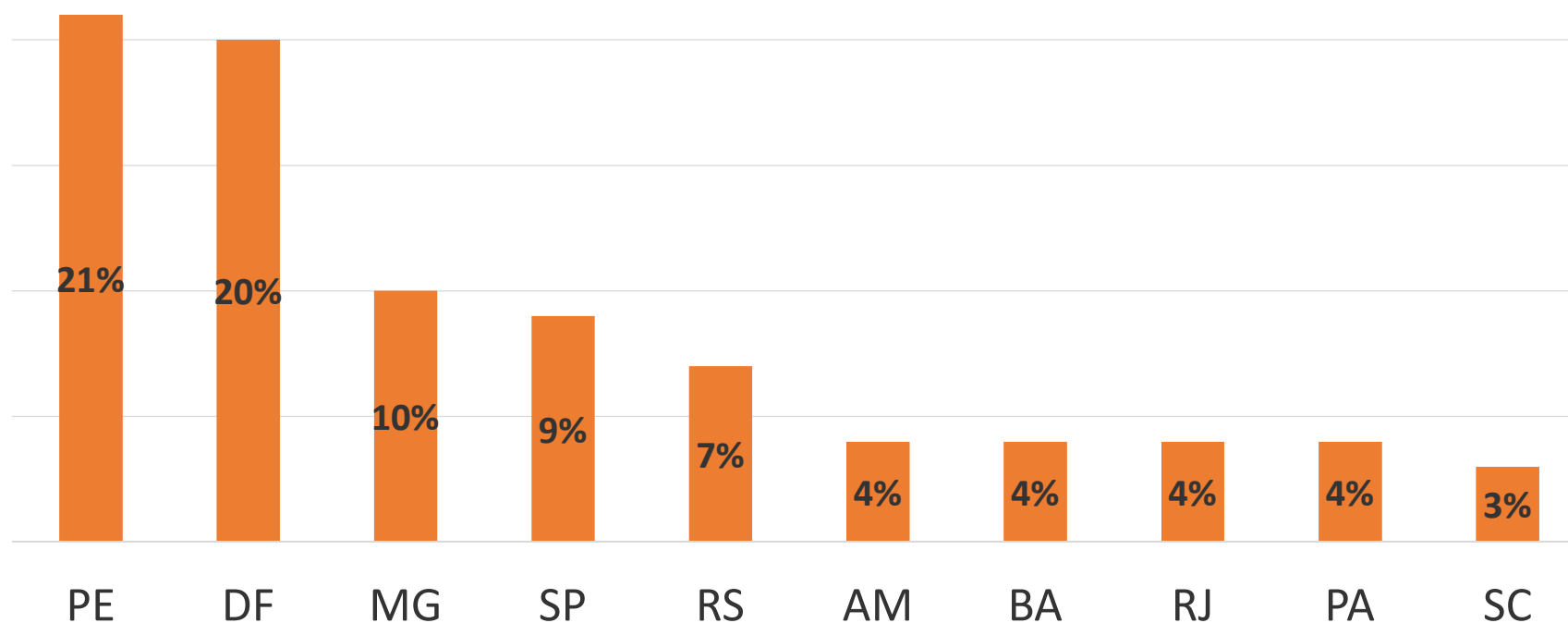


Quantidade Valor

Total de Processos de Compras por Órgão

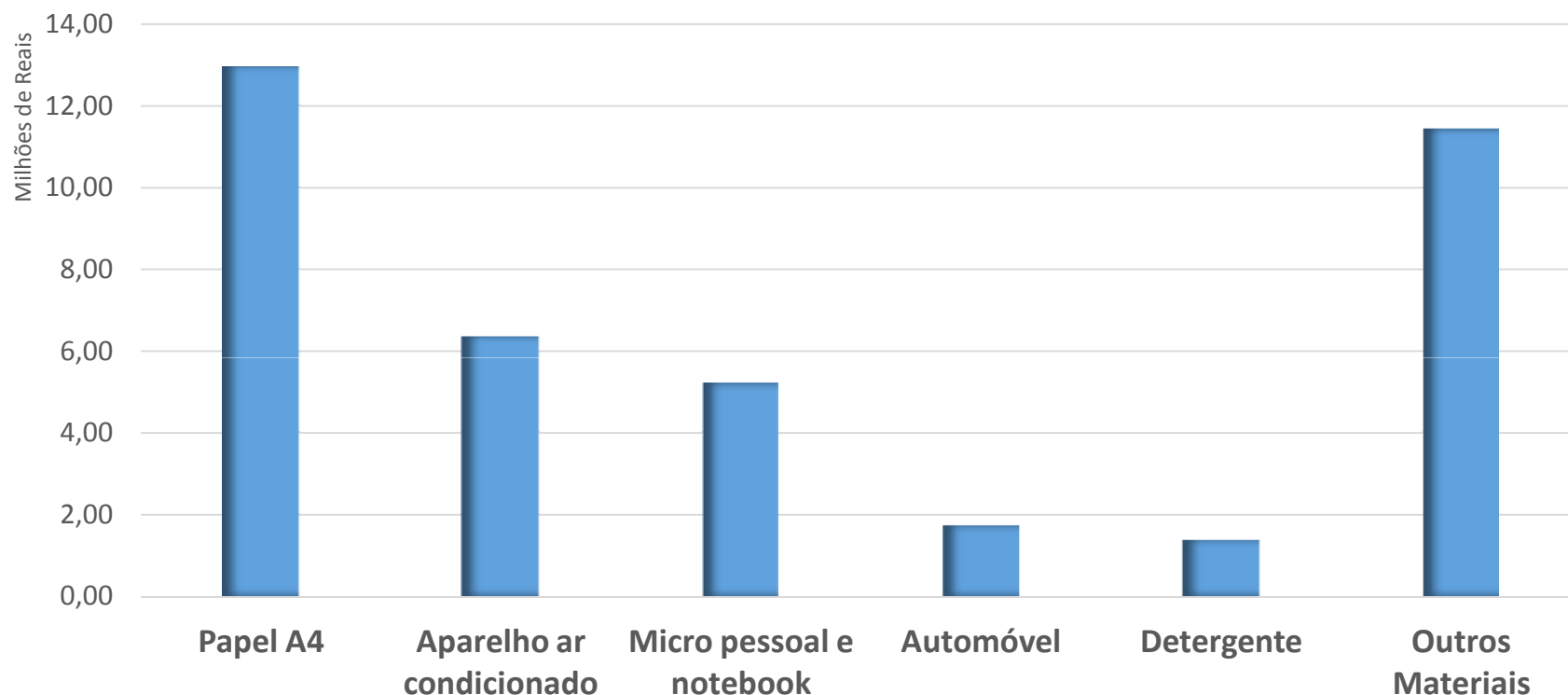


Unidade da Federação com maior participação nos valores das compras sustentáveis (%) – Órgãos SISG - 2014



Fonte: Comprasnet - janeiro a dezembro-2014

Bens mais adquiridos nas compras sustentáveis dos órgãos SISG – 2014 (total: 39,06 milhões de Reais)

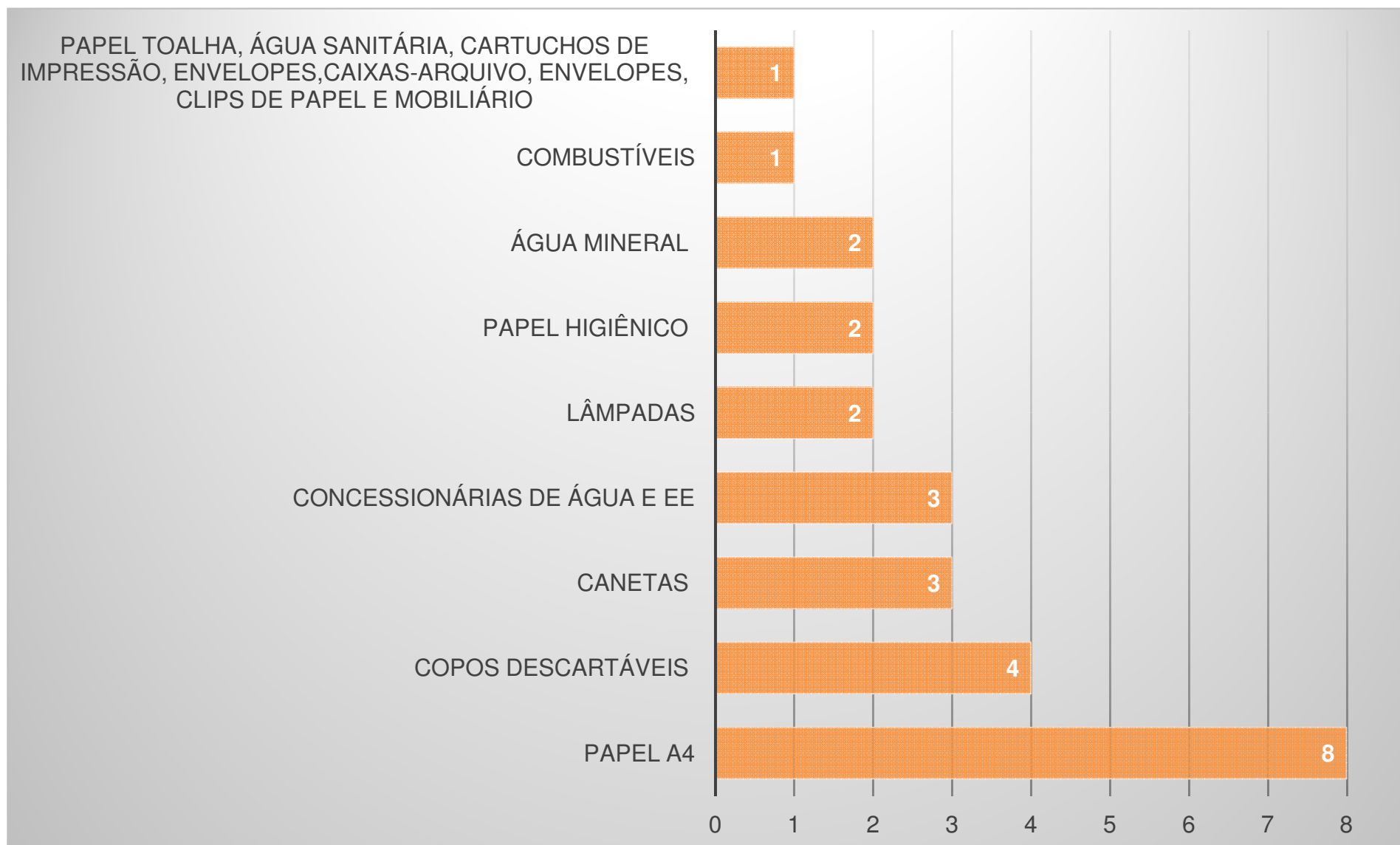


Fonte: Comprasnet/SLTI/MP

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Materiais mais comuns nas superintendências Respondentes



Contratações Sustentáveis (CS)

Contratações que proporcionam benefícios ambientais, sociais e económicos a longo prazo

CS envolvem os **aspectos de sustentabilidade** relativos aos bens e serviços e aos fornecedores ao longo da cadeia de fornecimento

CS contribuem para o alcance dos objetivos e metas organizacionais de sustentabilidade

ISO/DIS 20400



Contratações sustentáveis

*Processo pelo qual as organizações atendem as suas necessidades por bens, serviços, obras e utilidades de maneira que obtém valor (value for money) numa **perspetiva do ciclo de vida**, em termos de gerar **benefícios** não apenas para a organização, mas também para **a sociedade e a economia**, enquanto minimiza os danos **ao ambiente**.*

Defra, UK Sustainable Procurement Task Force (2006),

Trata-se de incorporar a sustentabilidade ao processo de compras já existente, de modo a:

- Minimizar os impactos sociais, económicos e ambientais negativos; e,
- Maximizar os impactos positivos nestas três dimensões.

Melhor valor para o dinheiro - Agregar diferenciais

"alto valor público para o dinheiro"

≠

Menor preço no momento da compra

=

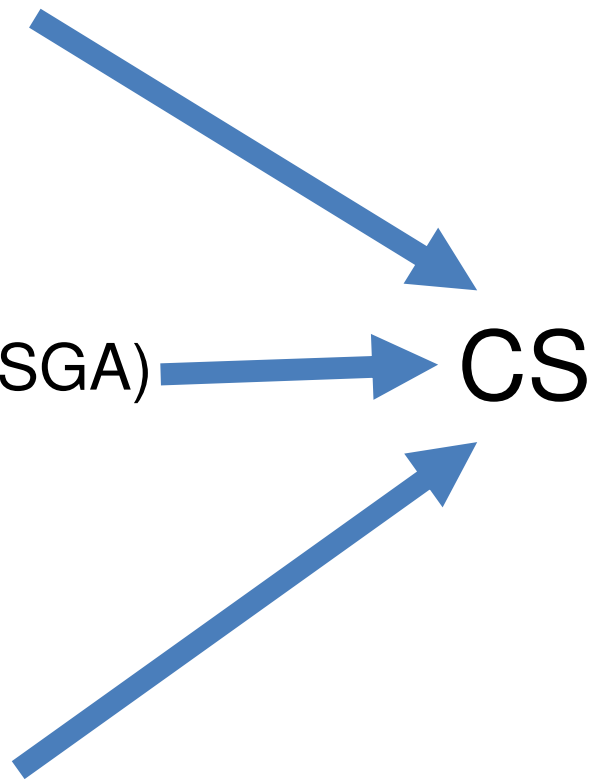
Mais benefícios obtidos, melhor eficácia e eficiência nos gastos

Organizações envolvem-se em CS por:

Compromissos com a Responsabilidade Social Corporativa

Iniciativas ambientais (Compras Verdes, SGA)

Compromissos com o Desenvolvimento Sustentável



Boa governança

Assegurar transparência, competição e não-discriminação

Dar o exemplo: administração exemplar

Atender as políticas nacionais e os objetivos e metas internacionais acordados

Cumprir com a legislação social e ambiental

Melhorar a gestão interna e os seus resultados (planejamento, monitoramento...)

Melhorar a imagem do setor público

Meio Ambiente

- Melhor desempenho ambiental
- Uso eficiente dos recursos naturais
- Redução da geração de resíduos e emissões poluentes
- Proteção do ambiente e minimização da carga de produtos tóxicos.

Definição dos requisitos de sustentabilidade

Impactos e custos em todas as fases do ciclo de vida

Riscos



O que é pertinente e proporcional

Políticas



Como as contratações podem contribuir para se alcançar os objetivos da política?

**Análise e
conhecimento
do mercado**



Quem pode atender?

Avaliação de riscos

ASPECTOS DA SUSTENTABILIDADE	RISCOS
Dimensão ambiental	
Geração de resíduos	3
Emissão de gases de efeito estufa	2
Consumo de energia	2
Consumo de água	2
Toxicidade	3
Dimensão Social	
Desenvolvimento local	1
Equidade de gênero	1
Saúde e segurança no trabalho	2
Bem estar do trabalhador	1
Dimensão Econômica	
Impacto na produção de energia	1
Fornecimento regional	1
Inclusão de micro e pequenas empresas	1
Risco para a imagem / Reputação	1
TOTAL	21

Abordagem do ciclo de vida de bens e serviços

- Cada fase tem entradas e saídas
- Diferentes impactos ambientais e sociais em cada fase

- Fornecedor
- Cadeia de suprimentos
- Administração/usuários



Fonte: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict/MCTI)

Estabelecer os requisitos de sustentabilidade



Desdobramento dos requisitos de sustentabilidade



Decreto Federal nº 7.746/ 2012 – regulamenta o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993

O Decreto estabelece como as diretrizes de sustentabilidade, entre outras, em seu artigo 4º:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;*
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;*
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;*
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;*
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;*
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e*
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.*

Lei Federal nº 12.462/2011, Regime Diferenciado de Contratações (RDC)

Amplia as licitações e contratações com parâmetros sustentáveis, uma vez que estabelece uma série de regras e exigências de cunho socioambiental a serem feitas junto aos fornecedores. Devem respeitar normas relativas a:

- disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;

- mitigação por condicionantes e compensação ambiental definidas no licenciamento ambiental;

- utilização de produtos, equipamentos e serviços que reduzam o consumo de energia e recursos naturais;

- avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

- proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas e

- acessibilidade para o uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida

Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS)

Instrução Normativa nº 10/2012

PLS como ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalizar gastos e processos na Administração Pública.

O PLS contribui com o monitoramento das ações de compras sustentáveis adotadas pela União Federal, na medida em que sua elaboração deve ser seguida da publicação de relatórios que demonstrem o cumprimento ou não das ações e metas estabelecidas no Plano de cada órgão ou entidade

Logística sustentável: “processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado”

O instrumento garante a transparência, pois devem ser elaborados e publicados nos sítios eletrônicos dos respectivos órgãos, “apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores”, bem como devem ser elaborados relatórios de acompanhamento, evidenciando o desempenho de cada órgão ou entidade Conforme Artigo 13 da IN nº 10/2012.

Sistema de Registro de Preços (SRP)

Decreto Federal nº 7.892/2013

Sistema é recomendável no caso de compras e contratações de caráter frequente, como bens de consumo, como entregas parceladas, atendimento de mais de um órgão ou entidade e a programas de governo e quando não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado

FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Conceitos jurídicos no Decreto nº
7.546/11

Margem de preferência
normal e preferência
adicional

Instrução Normativa nº 1, de
2010, SLTI/MP

Menor preço:
especificação do objeto e
obrigações da contratada

Melhor técnica ou técnica
e preço: critérios devem
ser analisados na
avaliação e classificação
das propostas

Obras, aquisições e
serviços

Instrução Normativa n. 2, de 4 de
junho de 2014 – SLTI/MP

Aquisição e locação de
máquinas e aparelhos

Edificações e retrofits

Agenda Ambiental na Administração Pública

Programa que visa implantar a responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais da administração pública.



A A3P tem como princípios a inserção dos critérios socioambientais nas atividades, desde uma mudança nos investimentos, **compras e contratação de serviços** pelo governo até a uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, promovendo melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho.



Contratações Compartilhadas

AQUISIÇÃO COMPARTILHADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE SUSTENTÁVEL - 2010

Objetivos:

- ✓ Adquirir itens de material de expediente sustentável a preços mais acessíveis, por meio do alcance do ganho de escala;
- ✓ Contribuir para a redução do impacto ambiental decorrente do consumo público.

- ✓ Liderança do Jardim Botânico do RJ (Participaram 10 órgãos da Administração Pública Federal)
- ✓ 48 itens de material de expediente
- ✓ Economia de 50% do valor estimado

Etapas de implementação

- ✓ Criação de equipe multidisciplinar para elaboração da lista
- ✓ Divulgação da iniciativa
- ✓ Pesquisa de mercado
- ✓ Elaboração de Intenção de Registro de Preço

ISO/PC 277 - Sustainable procurement



Aplicável a organizações de qualquer porte, públicas ou privadas, de qualquer setor

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



ISO 20400

1. Escopo

2. Referências Normativas

3. Termos e definições

4. Fundamentos

Conteúdo

Descrição

Escopo, princípios e motivadores das compras sustentáveis

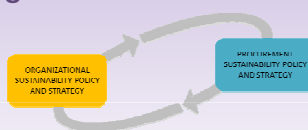


- 4.1. O que são Compras Sustentáveis?
- 4.2. Por que comprar de forma sustentável?
- 4.3. Considerações-chave para Compras Sustentáveis

Descreve os princípios das compras sustentáveis, resume o alcance de questões e motivações para a realização de compras sustentáveis. Considerações importantes incluem priorização, gestão de riscos, *due diligence*, influência e cumplicidade.

5. Políticas & Estratégias

Integrando a sustentabilidade na política e estratégia



- 5.1 Comprometendo com Compras Sustentáveis
- 5.2 Alinhando com objetivos organizacionais
- 5.3 Adaptando o contexto de compras
- 5.4 Gerenciando a implementação

Descreve as principais considerações ao desenvolver uma política de sustentabilidade organizacional e uma política de compras alinhada.

6. Facilitadores

Organizando a função de compras em direção à sustentabilidade



- 6.2 Governança de compras
- 6.3 Desenvolvendo pessoas
- 6.4 Identificação de *stakeholders* e engajamento
- 6.5 Definindo prioridades
- 6.6 Medindo e melhorando a performance
- 6.7 Mecanismos de reclamações

Descreve as condições que precisam ser criadas para permitir que as compras sustentáveis sejam consistentes e continuamente aperfeiçoadas. Essas condições são chave para integrar com sucesso considerações sobre sustentabilidade no processo de compras.

7. Processo de Compras

Integrando a sustentabilidade no processo de compras



- 7.2 Planejamento
- 7.3 Definição de critérios de compras
- 7.4 Aspectos de sustentabilidade na seleção de fornecedores
- 7.5 Gestão do contrato
- 7.6 Revisão do contrato e lições aprendidas

Descreve como integrar considerações e prioridades sobre sustentabilidade nas compras de bens e serviços usando um processo genérico de compras.

Escopo

Esta Norma Internacional fornece orientação para as organizações integrarem a sustentabilidade em suas compras, independente de suas atividades ou tamanho, como descrito na ISO 26000 – Orientação para Responsabilidade Social. É dirigida para as partes interessadas envolvidas ou impactadas pelos processos e decisões de compras.

Princípios

Responsabilidade

Transparência

Comportamento ético

Respeito pelos interesses das partes interessadas

Respeito pelo Estado de Direito e as normas inter. de comportamento

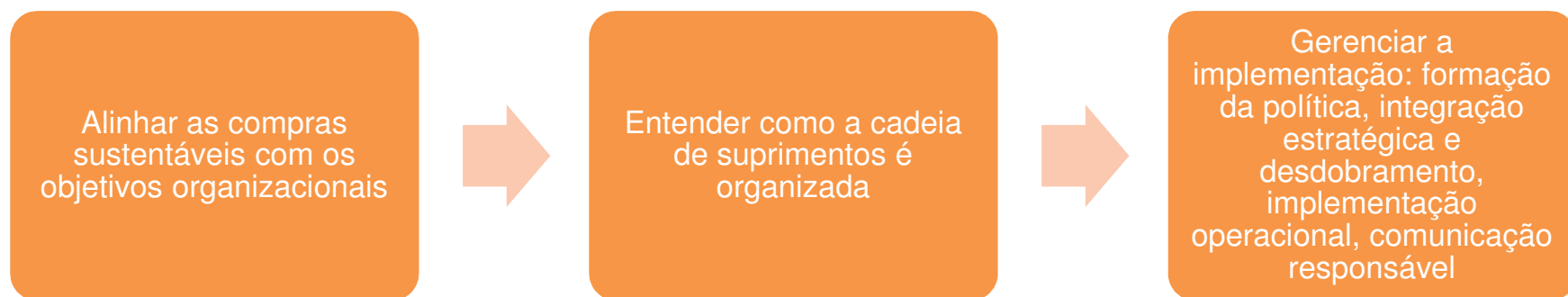
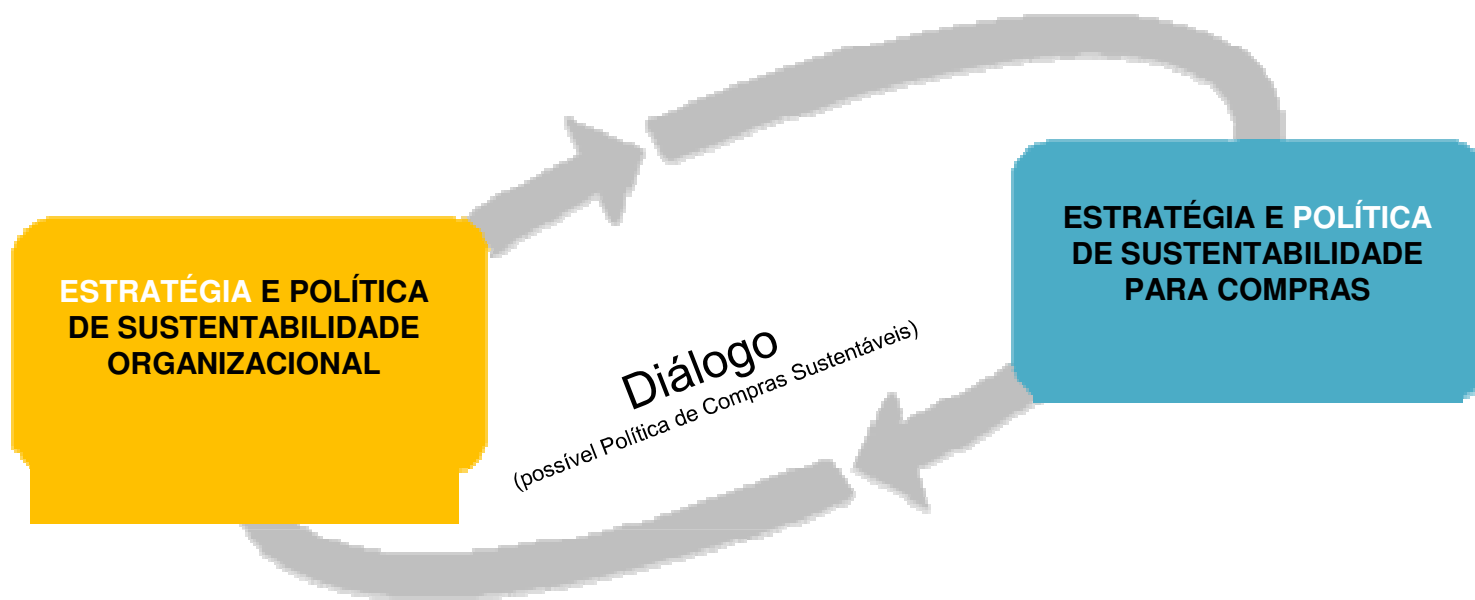
Soluções transformadoras e inovadoras

Integração

Custo global

Considerações chave

- Priorização
- Gestão de riscos e *due diligence*
- Exercer influência
- Evitar complacência com erro e ilegalidade/cumplicidade



Potencializadores



Processo de compras



O PNUMA e as CPS



Perguntas das Superintendências (Critérios-1)

Como definir as características do produto sustentável? (SAMF/MT)

Quais os critérios a serem avaliados num produto para que seja sustentável? (SAMF/MT)

Como avaliar o ciclo de vida do produto? (SAMF/MT)

Para comprovar que um produto é efetivamente sustentável quais as especificações e os laudos que deveríamos exigir? (SAMF/PR)

Quais os critérios que podem ser usados no julgamento de uma licitação para se ter certeza de que os materiais são realmente reciclados e estão contidos nos critérios de sustentabilidade? (SAMF/BA)

Perguntas das Superintendências (Critérios-2)

Quais os critérios que podemos usar na contratação de uma obra e/ou reforma que nos garantam o cumprimento dos critérios de sustentabilidade tanto na execução quanto no descarte dos materiais (entulhos)? (SAMF/BA)

Quais parâmetros podem ser utilizados na fiscalização dos contratos de prestação de serviços e também nos de obra e/ou reforma que garantam que os critérios de sustentabilidade estão sendo obedecidos? (SAMF/BA)

Existe alguma doutrina relacionada à substituição dos materiais de expediente comum, por itens com características sustentáveis, relacionando com a temporalidade para tal substituição?
(SAMF/RJ)

Perguntas das Super. (Monitoramento)

Existe alguma doutrina relacionada à substituição dos materiais de expediente comum, por itens com características sustentáveis, relacionando com a temporalidade para tal substituição? (SAMF/RJ)

A nível percentual, qual taxa caracteriza-se como aceitável como boa prática quando fala-se sobre aquisições de itens sustentáveis? (SAMF/RJ)



Perguntas das Super. Valor Total De Posse

Como justificar aquisições sustentáveis, tendo em vista que o valor, na maioria das vezes, é superior em relação ao material comum? (SAMF/MT)

Compra sustentável é um processo por meio do qual as organizações, em suas licitações e contratações de bens, serviços e obras, deverão valorar os custos efetivos com base nas condições de longo prazo, buscando gerar benefícios à sociedade e à economia e reduzir os danos ao ambiente natural (*U.K. Sustainable Procurement Task Force*)

Princípio da eficiência e da economicidade:

$$\text{CMV} = \text{VTP} \rightarrow \text{CMV} \neq \text{VC}$$

$$\text{VTP} = \text{VC} + \text{CL} + \text{R} + \text{CM} + \text{VU} + \text{VD}$$

CMV – Contratação Mais Vantajosa

VTP - Valor Total de Posse

VC - Valor Pago na Compra

R – Risco Ambiental, Social e Econômico

CL – Custo da Logística

CM - Custos de Manutenção

VU - Vida Útil

VD – Valor de Descarte ou Descomissionamento

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

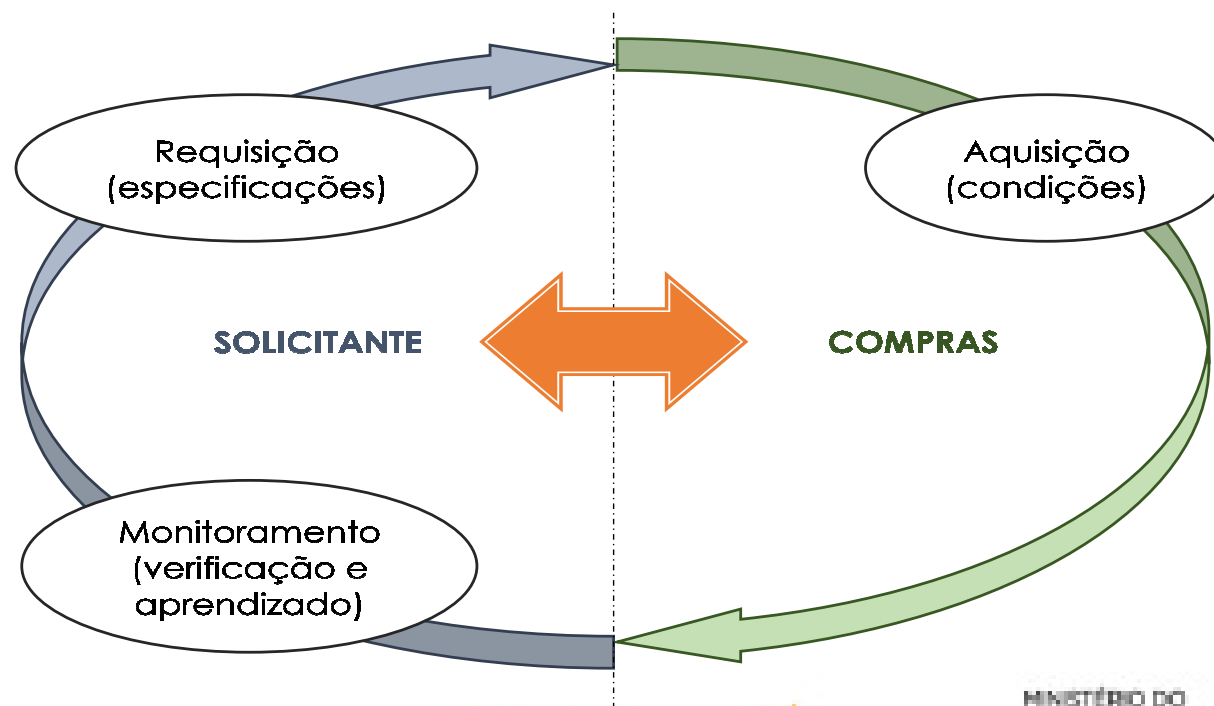


O processo de aquisição (posse)

Não se encerra na contratação específica.

Mantém-se em um processo de monitoramento, que abrange o desempenho do bem ou serviço e o desempenho do fornecedor, de modo a verificar a aderência aos requisitos estabelecidos.

A participação do solicitante vai além da efetivação do pedido, mantendo-se como instrumento de monitoramento do desempenho e de aprendizado, em um processo contínuo



Avaliação da conformidade

Método a ser utilizado para verificar ou demonstrar o atendimento ao requisito quando do seu estabelecimento, buscando a forma mais prática ou de aplicação mais simples a cada caso. Os meios usualmente utilizados, de uma forma geral, para avaliar a conformidade incluem:

Declarações

Ensaio

Inspeções

Auditorias

Documentos

A INSERÇÃO DE ATRIBUTOS DE SUSTENTABILIDADE EM EDITAIS, TERMOS DE REFERÊNCIA E MINUTAS DE CONTRATO

A inserção do valor sustentabilidade em contratações públicas deve considerar as diversas fases da contratação pública:

Na fase de planejamento, haverá a escolha do objeto contratual (bem) e serão fixadas as condições em que será prestado o serviço ou executada a obra, com ênfase na motivação administrativa.

Na elaboração do edital, o gestor deve atentar para a inserção de legislação e normas ambientais nas minutas.

Na fase de execução contratual será verificada a maior ou menor efetividade de uma contratação sustentável – Uso racional dos recursos.

Na fase final da contratação pública, deve o órgão público atentar para a destinação ambiental adequada dos resíduos decorrentes da contratação pública.

ERROS MAIS COMUNS

1. Deficiência na motivação administrativa: é fundamental uma motivação administrativa consistente, detalhada, sem generalidade e com a referência às diretrizes de sustentabilidade (Decreto 7746/12) ou legislação ambiental incidentes;

2. Inserção de requisito de habilitação não previsto em lei: o artigo 30, IV, da Lei 8.666/93 não autoriza inserir como requisito de habilitação aspecto não previsto em lei;

3. Inserção de exigência não relacionada ao objeto contratual: a inserção de uma exigência de sustentabilidade não pode afastar-se da objetividade e dever ter pertinência com o objeto a ser licitado.

FERRAMENTAS: CATÁLOGOS DE MATERIAIS E SERVIÇOS

❖ CATMAT – Sistema de catalogação de material da União

<http://goo.gl/HVmA4e>

❖ Catálogo de materiais do Portal de Compras de Minas Gerais

www.compras.mg.gov.br

❖ Catálogo da Bolsa Eletrônica de Compras (BEC) do Estado de São Paulo www.bec.sp.gov.br/

Portal de Compras do Governo Federal
Comprasnet
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
Brasília, 04 de julho de 2014

Portal de Compras Governamentais SIASG - Ambiente Produção

SISTEMA DE CATALOGAÇÃO DE MATERIAL - CATMAT

Consultar Itens de Material

- Palavra chave: lápis
- Clique sobre o código do item para ver suas unidades de fornecimento cadastradas e sua descrição completa
- Clique no botão ADICIONAR ITENS para salvar os itens selecionados para posterior visualização.

Página 1 de 1 (total de registros encontrados: 8)

Código	Descrição	Sustentável
389774	lapiseira, material plástico reciclado, diâmetro carga 0,5, características adicionais com prendedor	Sim
389775	lapiseira, material plástico reciclado, diâmetro carga 0,7, características adicionais com prendedor	Sim
389780	porta-lápis/clipse/embrete, material polipropileno, comprimento 85, largura 25	Sim
409001	lápis preto, material corpo poliestireno reciclado, dureza carga hb, material carga grafite nº 2	Sim
422092	lápis preto, material corpo papel reciclado, diâmetro carga 2, dureza carga hb, formato corpo cilíndrico	Sim

Portal de Compras

Cadastro de Fornecedores

Pregão Eletrônica

Registro de preços

Processos de compra

Melhores preços

Materiais e Serviços

Gestão de Suprimentos

Visualizar relatório de itens de materiais recuperados

Código do item	Desc. do item de material	Situação	Item de material genérico	Material	Elemento-item de despesa			Grupo		Classe		Linha de Fornecimento		
					Código	Nome	Situação do vínculo	Código	Nome	Código	Nome	Código	Nome	
000975795	LAPIS - TIPO 2HB, FORMATO CILINDRICO, TAMANHO: 17,5CM, PONTA APONTADO, CORPO EM MADEIRA REFLORESTADA,	Ativo	Não	75100010	LAPIS -	3005	MATERIAL PARA ESCRITORIO	Ativo	75	ARTIGOS DE ESCRITORIO	7510	ARTIGOS DE ESCRITORIO	000006010	PAPELARIA, UTENSILIOS E ARTIGOS PARA ESCRITORIO
						3006	MATERIAL DE DESENHO	Ativo					000006015	PAPELARIA E ARTIGOS PARA ESCRITORIO
						3007	MATERIAL DE ENSINO	Ativo						
001341464	LAPIS - TIPO HB, FORMATO SEM BORRACHA, TAMANHO: 17,5 CM, PONTA APONTADO, CORPO EM MADEIRA REFLORESTADA,	Ativo	Não	75100010	LAPIS -	3005	MATERIAL PARA ESCRITORIO	Ativo	75	ARTIGOS DE ESCRITORIO	7510	ARTIGOS DE ESCRITORIO	000006010	PAPELARIA, UTENSILIOS E ARTIGOS PARA ESCRITORIO
						3006	MATERIAL DE DESENHO	Ativo					000006015	PAPELARIA E ARTIGOS PARA ESCRITORIO
						3007	MATERIAL DE ENSINO	Ativo						

Visualizar relatório de detalhes do item de material

Consultar material

Consultar classe

MEIO AMBIENTE

BRASIL

Aperfeiçoamento do CPS no Brasil

1. **Aprimorar os arranjos institucionais**
2. **Desenvolver uma ferramenta para fortalecer a atuação dos gestores públicos**
3. **Avaliar a viabilidade de adotar o conceito de “*Best Value Continuum*”**
4. **Robustecer o consolidar o desenvolvimento e uso de rótulos e certificações no Brasil**
5. **Ampliar a capacitação para incluir atores de mercado**
6. **Premiar as melhoras práticas**

Obrigado pela atenção!

Alexandre d'Avignon
alexandre.davignon@mma.gov.br

Tel: 061 20281708

